

**FORMAÇÃO DOCENTE PARA ATUAR EM CONTEXTOS DE INCLUSÃO.****TEACHER TRAINING FOR WORKING IN INCLUSIVE CONTEXTS.***Ana Lúcia Sampaio Mendes¹***RESUMO**

A capacitação em inclusão é um processo fundamental para qualificar profissionais da educação a lidarem com a diversidade e as especificidades presentes no contexto escolar. Esse processo visa preparar professores e demais agentes educacionais para a implementação de práticas pedagógicas que assegurem o direito de todos os estudantes, inclusive aqueles com deficiências, transtornos e outras necessidades educacionais especiais, ao acesso, permanência e sucesso no ambiente escolar. Programas de capacitação abrangem conteúdos teóricos relativos a políticas públicas, legislação, conceitos de diversidade e inclusão, além de aspectos práticos como estratégias de ensino adaptadas, manejo comportamental e uso de tecnologias assistivas. Esses programas incentivam a reflexão crítica e o desenvolvimento de soluções inovadoras que promovem ambientes escolares acolhedores e equitativos. Além da formação inicial, a capacitação continuada se revela indispensável para que os professores atualizem seus conhecimentos, compartilhem experiências e aprimorem suas práticas diante dos desafios do cotidiano escolar inclusivo. O objetivo geral do presente trabalho foi “Apresentar os desafios que a formação de professores deve enfrentar em relação à inclusão educacional”. Utilizou-se uma pesquisa bibliográfica por meio de material já elaborado, construído principalmente de livros e artigos científicos. Os resultados mostraram que investir na formação de professores para a inclusão é investir na transformação da escola em espaço democrático, que valoriza as diferenças e garante o direito ao aprendizado a todos.

Palavras-Chave: Capacitação. Educação inclusiva. Formação de professores

¹Mestra em Ciências da Educação pela UNADES/PY

1.INTRODUÇÃO

A formação docente para atuar em contextos de inclusão educativa é fundamental para garantir que professores estejam preparados para responder às diversas demandas apresentadas por estudantes com necessidades educacionais especiais. Essa preparação envolve o desenvolvimento de conhecimentos teóricos, habilidades práticas e atitudes sensíveis à diversidade, promovendo a estruturação de ambientes escolares inclusivos, equitativos e acolhedores.

Os cursos e programas formativos direcionados à inclusão buscam fornecer embasamento acerca das especificidades de diferentes condições, abordando aspectos relacionados à legislação, metodologias pedagógicas diferenciadas, manejo comportamental, recursos didáticos adaptados e estratégias para o trabalho colaborativo entre escola, família e serviços de apoio. Dessa forma, o professor se torna um agente ativo na promoção da aprendizagem e do desenvolvimento integral de todos os alunos, respeitando suas singularidades.

Além da compreensão conceitual, a formação prática é essencial para a capacitação dos docentes em técnicas de planejamento curricular flexível, avaliação adaptada e uso de tecnologias assistivas. O contato com estudos de caso, projetos interdisciplinares e atividades reflexivas contribui para o exercício crítico e ético da profissão, ampliando a competência do educador para lidar com os desafios da inclusão.

A valorização da formação continuada e a criação de redes de suporte profissional são estratégias indispensáveis para consolidar práticas inclusivas efetivas nas escolas, garantindo que a diversidade, seja compreendida como enriquecedora do processo educativo e não como obstáculo.

A formação docente assume papel crucial na promoção da inclusão escolar, capacitando os professores para atender a diversidade presente na sala de aula, incluindo estudantes com necessidades educacionais especiais. Um processo formativo adequado fornece aos docentes conhecimentos teóricos, habilidades práticas e sensibilização ética para que possam planejar e implementar estratégias pedagógicas que garantam equidade e participação plena de todos os alunos.

Programas de formação continuada para professores contemplam conteúdos relacionados a políticas públicas de inclusão, legislações vigentes, características e desafios das diferentes condições que afetam o aprendizado, além de metodologias de ensino adaptadas. O desenvolvimento de competências para a gestão da diversidade, o uso de recursos didáticos diversificados e o estabelecimento de parcerias com famílias e profissionais especializados são aspectos fundamentais nesse processo.

A formação prática, por sua vez, estimula a reflexão crítica, possibilita o estudo de casos reais e promove o desenvolvimento de soluções criativas para situações cotidianas da sala de aula inclusiva. Ademais, o acompanhamento sistemático e o apoio institucional reforçam o engajamento dos docentes, favorecendo a permanência e o sucesso dos estudantes com necessidades específicas.

Dessa forma, investir na formação docente para a inclusão contribui significativamente para a construção de ambientes escolares mais justos, diversificados

e acolhedores, nos quais as diferenças são valorizadas como potenciais para o aprendizado coletivo e o desenvolvimento social.

A justificativa refere-se que para superar os desafios e promover a participação dos professores na educação inclusiva, é primordial cumprir estratégias que incentivem e agenciem o engajamento dos docentes. Uma estratégia relevante é a proposta de formação continuada e de evolução profissional. O acesso de alunos com deficiência às escolas regulares tem sido uma grande conquista nas últimas décadas. No entanto, percebe-se que muitos docentes adotaram os termos "inclusão" e "Necessidades Educacionais Especiais" (NEE) como sinônimos de "integração" e "deficiência".

Ademais, as escolas que atendem a alunos integrados adotam estratégias pedagógicas baseadas em uma resposta individualizada aos alunos com NEE, e os professores em sala de aula frequentemente têm uma participação muito limitada em sua educação.

Na problemática, mostra-se que, mesmo dentro do sistema educacional e das escolas, ainda existe uma tendência comum de homogeneizar as práticas educacionais voltadas para o aluno, sem considerar a diversidade devido às suas características pessoais, como gênero, identidade sexual, etnia, origem socioeconômica e outros fatores, a fim de adaptar e personalizar o currículo e a programação educacional às necessidades dos discentes.

Diante disso, faz-se o seguinte questionamento: O desenvolvimento profissional dos educadores deve contemplar a formação para capacitação sobre inclusão para tornar mínimas as dificuldades dos discentes com dificuldades de aprendizagem?

Além disso, os recursos para capacitação devem fornecer aos professores conhecimentos gerais e informações suficientes sobre as necessidades educacionais especiais, para alcançar uma compreensão que favoreça o relacionamento com o aluno. Ademais, é necessário treinamento para ter êxito nas implicações que têm no ensino, bem como as diferentes deficiências. Por sua vez, é preciso ministrar nestas formações, um conjunto de estratégias de ensino e sistemas de supervisão orientados para apoiá-los em seu trabalho de ensino.

O atendimento inclusivo passa pela formação inicial e contínua os docentes e de toda comunidade escolar e essa formação tem que ser continuada visando atender às necessidades educacionais dos estudantes, no ensino regular, como proposto pela inclusão escolar.

Como objetivo geral se elegeu “Apresentar os desafios que a formação de professores deve enfrentar em relação à inclusão educacional”.

Utilizou-se uma pesquisa bibliográfica, segundo Gil (2017, p. 71), “esse tipo de pesquisa é produzida por meio de material já elaborado, construído principalmente de livros e artigos científicos”.

O artigo está dividido da seguinte forma: primeiro, expõe-se a Introdução; em seguida, apresentam-se os conceitos pertinentes à formação de professores que impactam a prática docente para a educação inclusiva, a conclusão e as referências.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

OS CONCEITOS PERTINENTES À FORMAÇÃO DE PROFESSORES QUE IMPACTAM A PRÁTICA DOCENTE PARA A EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Compreender as necessidades individuais e os costumes de aprendizagem dos alunos com Necessidades Educacionais Especiais (NEE) é um aspecto crucial para apoiar a jornada educacional. Cada aluno com NEE é único e seus pontos fortes, fracos podem variar.

Segundo Cunha (2018), a escola deve priorizar a educação inclusiva para assegurar que o ensino seja plural e qualificado, beneficiando a aprendizagem de todos os discentes, inclusive os com necessidades especiais, em ambientes inclusivos que promovam aceitação, compreensão e respeito pelas diferenças individuais.

Os professores podem criar esse ambiente implementando estratégias como recursos visuais, rotinas estruturadas e comunicação clara, que podem capacitar os alunos com necessidades especiais a prosperar academicamente e socialmente dentro do contexto escolar. As relações professor-aluno positivas no entendimento de Silveira (2020) desempenham um papel crucial no desenvolvimento social e emocional dos alunos com algum tipo de deficiência. Estes alunos muitas vezes se sentem mais à vontade para falar sobre seus problemas com professores com quem eles têm um relacionamento positivo.

A afetividade entre professor e aluno é um fator importante no processo de ensino-aprendizagem, uma vez que possibilita o estabelecimento de um vínculo emocional positivo entre ambos. Quando há uma boa relação entre o professor e o aluno, o ambiente se torna mais acolhedor e seguro, o que favorece o engajamento do aluno nas atividades, a sua motivação para aprender e a compreensão dos conteúdos (Ferreira, 2018).

Elucida Ferreira (2018) que instituir um espaço de sala de aula favorável e inclusivo é crucial para construir um relacionamento amigável entre docentes e discentes com NEE. O primeiro passo é entender as necessidades únicas dos discentes e adaptar as táticas de ensino para acolher essas necessidades. Alunos com necessidades especiais podem ter sensibilidades sensoriais e dificuldades com a comunicação social.

É relevante que os educadores estejam cientes desses desafios e forneçam apoio adequado. Ao organizar reuniões com alunos com algum tipo de deficiência, o ambiente deve estar sem elementos que tirem atenção dos alunos. Ao criar um ambiente calmo e estruturado, os docentes podem auxiliar os discentes estarem confortáveis para aprender (Ferreira, 2018).

Dessa forma, aprender a ser, a fazer, a conviver e a conhecer é uma atitude necessária à formação pessoal e profissional, e no caso do educador essa aprendizagem se transforma em exemplo e qualificação para ampliar o procedimento educacional como um todo.

A formação continuada de docentes é uma demanda abrangente que oferece oportunidades de desenvolvimento profissional aos educadores no exercício de sua função. Consiste num conjunto de atividades e programas destinados a atualizar e melhorar competências pedagógicas, bem como a manter-se atualizado com as últimas tendências e práticas educativas (Reis; Coutinho, 2025).

Essa formação é primordial para assegurar que os professores estejam bem dispostos para encarar os obstáculos da sala de aula e oferecer um ensino exemplar aos discentes. Ao se incluírem em um conjunto que abrange a formação de professores, os mesmos têm a oportunidade de desenvolver o seu exercício pedagógico, moldando-se às recentes precisões dos discentes e ocasionando um ambiente de aprendizagem inclusivo e justo (Silva; Inocêncio; Moraes, 2023).

A formação continuada de docentes incentiva a cogitação e o desenvolvimento profissional, consentindo que os professores avaliem a sua prática, identifiquem áreas de melhoria e estabeleçam metas de crescimento pessoal e profissional.

A formação docente deve passar por uma mudança que garanta apoio aos professores e aos centros educativos na assunção das tarefas, funções e exigências que lhes são exigidas, que os ajude a enfrentar os problemas, para que sejam repensados e organizados diferentes espaços curriculares que permaneceram inalterados durante um período (Farina, 2024).

Deve-se optar por um modelo de formação que emerge do corpo docente como motor de mudança, que o considera como profissional reflexivo, investigador da sua própria prática, gerador de teorias, que potencia o debate e o trabalho interno para chegar a um consenso sobre como fazer coisas entre todos os membros da comunidade educativa.

Os educadores que participam ativamente em programas de formação continuada têm a oportunidade de atualizar os seus conhecimentos, desenvolver novas competências pedagógicas e manter-se a par das últimas tendências educativas. Essa constante atualização profissional permite oferecer uma educação de maior qualidade e relevância aos seus alunos (Farina, 2024).

A importância da formação contínua de professores para Farina (2024), reflete no impacto do desenvolvimento pessoal e profissional do educador. Ao participar em atividades de desenvolvimento profissional, os professores têm a oportunidade de refletir sobre a sua prática, identificar áreas de melhoria e definir metas de crescimento profissional. Isso permite que eles permaneçam motivados e engajados em seu trabalho, o que, por sua vez, resulta em melhor desempenho em sala de aula e maior satisfação no trabalho.

Além disso, conforme Farina (2024) a importância da formação contínua de professores é evidente na sua capacidade de promover a inovação e a mudança educativa. Os educadores que estão cientes das mais recentes pesquisas e práticas educacionais têm a capacidade de implementar novas estratégias de ensino, usar tecnologia educacional de ponta e se adaptar às novas necessidades dos alunos. Isto contribui para a melhoria contínua da qualidade educacional e do sucesso acadêmico dos alunos, para Reis e Coutinho (2025):

Compreender os desafios e perspectivas na formação de professores para a educação inclusiva é essencial para promover práticas pedagógicas que respeitem a diversidade e garantam o direito à educação de todos os estudantes. Essa investigação se justifica por sua relevância nos âmbitos acadêmico, social e político, uma vez que contribui para o debate sobre a efetividade das políticas educacionais inclusivas e para a formulação de estratégias formativas mais eficazes (Reis. Coutinho, p. 2, 2025).

Diante disso, é importante destacar que a formação continuada de professores é um processo contínuo e dinâmico que acompanha os professores ao longo de toda a sua carreira profissional. Os educadores têm a oportunidade de participar em diversas atividades de formação contínua de professores ao longo do ano letivo, escolhendo aquelas que melhor se adaptam às suas necessidades e objetivos de desenvolvimento profissional (Silva; Inocêncio; Moraes, 2023).

Esta flexibilidade na duração e no formato da formação continuada permite que os educadores se mantenham atualizados sobre as últimas tendências e práticas educativas, melhorem a sua prática pedagógica e proporcionem uma educação de qualidade aos seus alunos (Silva; Inocêncio; Moraes, 2023).

A formação continuada oferece uma série de benefícios tanto para os educadores quanto para seus alunos. Em primeiro lugar, a participação em programas de formação que permite que os docentes se mantenham atualizados com as últimas tendências e metodologias educativas, o que os ajuda a melhorar a sua prática pedagógica e a proporcionar um ensino de maior qualidade. (Silva; Inocêncio; Moraes, 2023).

Esta capacitação para educadores proporciona a oportunidade de desenvolver novas aptidões e competências que podem aplicar na sala de aula para promover um ambiente local enriquecedor e eficaz, no qual para os alunos, os benefícios são significativos pois estes profissionais que participam de estudos de capacitação, pois ficam preparados para responder às necessidades particulares dos seus discentes, adaptando suas práticas de ensino a diferentes modelos de aprendizagem e níveis de competências (Darling-Hammond; Hyler; Gardner, 2017).

Salienta-se que o caminho para a inclusão exigirá um mandato claro do diretor e da estrutura de governança da escola para garantir que ela esteja totalmente integrada a todas as formas importantes de funcionamento da escola. Isso é especialmente verdadeiro no que concerne ao processo de planejamento de melhorias escolares (Alves; Gil; Souza, 2025).

Por meio do trabalho em equipe, os líderes escolares podem defender a inclusão e apoiar uma variedade de inovações que podem ajudar a concretizar a visão, tanto na prática escolar quanto na sala de aula. Uma escola inclusiva bem-sucedida requer a transformação de toda a escola (Reis; Coutinho, 2025).

Isso inclui outros membros da equipe, como aqueles envolvidos em funções administrativas e de manutenção, bem como alunos, pais e membros da sociedade civil que compartilham o interesse pela educação (Alves; Gil; Souza, 2025). As escolas dependem de professores capacitados para promover a inclusão, no entanto, eles não

são os únicos stakeholders² que precisam estar envolvidos. Cada escola faz parte de uma comunidade mais ampla que inclui uma variedade de stakeholders que podem desempenhar um papel no apoio à mudança.

A formação docente voltada para a inclusão especial configura-se como um elemento essencial para o sucesso das práticas educacionais que visam a garantir o acesso, a participação e o desenvolvimento integral de alunos com necessidades educacionais específicas, entre eles aqueles com deficiências, transtornos do desenvolvimento e outras condições. Essa formação propicia aos professores o conhecimento técnico-pedagógico necessário para planejar e implementar estratégias adequadas às singularidades desses estudantes (Farina, 2024).

Nesse contexto, os cursos de formação abordam temas como legislação e políticas públicas de inclusão, características das diferentes deficiências e transtornos, recursos didáticos adaptados, técnicas de manejo comportamental e metodologias diferenciadas de ensino. A formação se estende a práticas reflexivas, estudos de caso e desenvolvimento de atitudes empáticas que favoreçam o respeito à diversidade e a construção de ambientes escolares acessíveis e acolhedores (Silveira, 2020).

Além disso, enfatiza-se a importância da articulação entre escola, família e serviços especializados, preparando o professor para atuar de forma colaborativa e interdisciplinar. A formação continuada e o suporte institucional são fundamentais para que os docentes desenvolvam competências para enfrentar os desafios cotidianos da inclusão especial, garantindo a efetividade das intervenções educacionais.

Assim, a formação docente para inclusão especial não apenas qualifica os educadores tecnicamente, mas também promove uma mudança cultural no ambiente escolar, consolidando princípios de equidade, respeito e valorização das diferenças.

A formação e capacitação docente são fundamentais para o desenvolvimento de práticas educacionais inclusivas, capazes de atender às necessidades diversificadas dos estudantes em contextos escolares heterogêneos. O processo formativo visa dotar os professores de conhecimentos, habilidades e atitudes que favoreçam a construção de ambientes de aprendizagem acessíveis, equitativos e sensibilizados para a diversidade, incluindo alunos com deficiências e dificuldades de aprendizagem (Silveira, 2020).

Para Farina (2024) os programas de formação contemplam conteúdos relativos às políticas públicas de inclusão, fundamentos teóricos sobre diversidade e direitos humanos, técnicas pedagógicas adaptativas, manejo comportamental e estratégias de avaliação diversificada. Percebe-se, assim, uma articulação entre o desenvolvimento teórico e prático, proporcionando aos docentes condições de atuarem com competência e empatia.

Além da preparação inicial, a capacitação continuada emerge como mecanismo imprescindível para a atualização dos professores e para o enfrentamento dos desafios enfrentados na sala de aula inclusiva. A capacitação envolve metodologias

² Stakeholders são todos os indivíduos ou grupos com interesse em uma organização ou projeto, ou que são afetados por ele. Fonte: . <https://exame.com/carreira/guia-de-carreira/stakeholders-o-que-sao-e-quais-sao-os-principais-tipos/>. Acesso em: 14 ago. 2026.

participativas, estudo de casos, uso de tecnologias assistivas e intercâmbio de experiências que enriquecem as práticas educativas. Por fim, investir na formação e capacitação docente para a inclusão representa um compromisso com a equidade educacional, o respeito às diferenças e a promoção do direito universal à educação, assegurando a permanência e o sucesso de todos os estudantes.

A educação inclusiva pode ser definida como um processo de formação em sentido amplo; um processo de capacitação dos sistemas educacionais, das escolas e dos professores para lidar com a diversidade dos alunos. Trata-se, portanto, de um verdadeiro desafio para a formação de professores, não como uma tarefa individual, mas como um processo de desenvolvimento e aprimoramento profissional para escolas e sistemas educacionais.

A formação de professores para a diversidade é útil para o desenvolvimento de uma educação de maior qualidade para todos se for estruturada como um aspecto do sistema educacional que fomente uma mudança na cultura profissional dos professores (reconstruindo sua identidade profissional e seus processos de desenvolvimento), dentro de um contexto aberto a todos e guiado por valores inclusivos. Não se trata, portanto, de formação individual para o desenvolvimento profissional isolado, mas sim do empoderamento pessoal para participar de atividades de ensino que possibilitem o crescimento profissional dos professores e a melhoria da escola

Em 30 de setembro de 2020, foi aprovado no Brasil o Decreto nº 10.502, pelo qual é instituída a chamada “Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizagem ao Longo da Vida”. A norma implica uma grave violação das obrigações assumidas por aquele país ao ratificar a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CDPD) e um preocupante retrocesso em relação aos padrões que tem alcançado em termos de educação inclusiva (Brasil, 2020).

Diante disso, elucida-se que o professor, na atualidade, precisa estar preparado para acolher as necessidades dos alunos, não somente das pessoas com deficiência, pois todos aprendem de formas diferentes e em tempos diferentes. Entretanto, observa-se na política atual, uma tendência de volta da integração dos alunos com alguma deficiência, com a criação das classes especiais nas escolas regulares, de acordo com a proposta de aprovação do Decreto de Lei nº 10.502/20 e a nova Política Nacional de Educação Especial, conforme rege o Art. 2º: Para fins do disposto neste Decreto, considera-se: I - educação especial - modalidade de educação escolar oferecida, preferencialmente, na rede regular de ensino aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação (Brasil, 2020).

A capacitação de professores constitui um elemento essencial para a concretização da inclusão educacional, permitindo que os educadores estejam aptos a atender às necessidades específicas de estudantes com diversidade funcional, cultural, socioeconômica e cognitiva. Em particular, o preparo docente é fundamental para que a escola se transforme em um espaço acolhedor e adaptado, capaz de promover o aprendizado e a participação plena de alunos com deficiências e outras necessidades educacionais especiais (Vieira; Freitas, 2015).

Por meio de processos formativos que abordam legislação, políticas públicas, teorias da diversidade, metodologias pedagógicas adaptativas e estratégias de manejo

comportamental, os professores ampliam sua compreensão sobre os desafios e oportunidades presentes na inclusão escolar. Essa capacitação contribui para o desenvolvimento de práticas pedagógicas diferenciadas, avaliação flexível e uso de recursos diversificados, elementos imprescindíveis para favorecer a aprendizagem efetiva e o bem-estar dos estudantes.

Além disso, a capacitação fortalece a atuação colaborativa entre escola, família e profissionais de saúde e assistência social, construindo redes de suporte que potencializam os resultados educacionais. O investimento na formação contínua dos docentes também representa uma estratégia para reduzir o preconceito e as barreiras atitudinais, promovendo uma cultura escolar inclusiva, sensitivamente preparada para a diversidade.

Portanto, a importância da capacitação docente na inclusão educacional revela-se como fator determinante para a transformação das práticas pedagógicas, o aprimoramento do ambiente escolar e a garantia dos direitos de todos os estudantes à educação de qualidade.

A capacitação docente configura-se como um componente indispensável para a efetivação da inclusão escolar, capacitando os professores a atenderem à diversidade presente nas salas de aula. Esse processo formativo proporciona o desenvolvimento de conhecimentos, habilidades e atitudes que ampliam a competência pedagógica para lidar com alunos com diferentes perfis, incluindo aqueles com necessidades educacionais especiais (Vieira; Freitas, 2015).

Programas de capacitação voltados para a inclusão abordam aspectos teóricos e práticos, contemplando legislação, políticas públicas, fundamentos da diversidade, estratégias pedagógicas adaptativas e manejo comportamental. Através de metodologias participativas, estudos de caso e troca de experiências, os docentes são estimulados a desenvolver práticas inclusivas que promovam equidade e respeito às singularidades de cada estudante (Farina, 2024).

A capacitação contínua assume papel crucial, pois permite que os professores atualizem seus conhecimentos, enfrentem os desafios cotidianos da sala de aula inclusiva e incorporem tecnologias assistivas e recursos didáticos diversificados. A formação também favorece a construção de redes colaborativas entre escola, família e profissionais especializados, fortalecendo o suporte educacional aos alunos. Em síntese, a capacitação docente representa um investimento estratégico para consolidar uma cultura escolar inclusiva, garantindo que as diferenças sejam valorizadas e que todos os estudantes tenham condições equânimes de aprendizagem e desenvolvimento.

Os valores para a educação inclusiva fornecem aos professores a base necessária para trabalhar com alunos com diversas necessidades dentro da sala de aula regular. Esta é uma distinção importante, que amplia o foco da inclusão para além do simples atendimento às necessidades de grupos específicos de alunos (por exemplo, aqueles com necessidades educacionais especiais). Os valores e áreas de competência reforçam a ideia de que a educação inclusiva é uma abordagem para todos, e não apenas para um grupo específico de alunos com necessidades específicas (Santos *et al.*, 2022).

Estes valores para a formação inicial de professores constituem a base de comportamentos, conhecimentos e habilidades essenciais que precisam ser desenvolvidos durante a indução e em oportunidades subsequentes de formação continuada. Essas áreas de competência são parte integrante de um contínuo de oportunidades de desenvolvimento profissional, oferecidas por meio de percursos claros, incluindo cursos especializados em necessidades educativas especiais. Essas áreas de competência devem ser continuamente desenvolvidas ao longo da carreira docente.

Ademais, todos os professores precisam trabalhar em ambientes inclusivos que não contradizem a educação especial ou a formação de professores de alunos com necessidades educativas especiais e colaboram com professores da educação regular em seu trabalho. Esses valores e áreas de competência são a base do trabalho de todos os professores. Um dos principais objetivos dos programas para capacitação dos professores é auxiliar a desenvolverem sua própria teoria pedagógica, baseada no pensamento crítico e em habilidades analíticas relacionadas aos conhecimentos, habilidades e valores refletidos nas competências.

Ao mesmo tempo, são necessárias atividades que ajudem a eliminar estereótipos de todos os tipos e a desenvolver uma sensibilidade baseada em uma compreensão plena das questões que envolvem a diversidade e na capacidade de aplicar esse conhecimento. Os professores precisam de experiência direta trabalhando com alunos com necessidades diversas e com outros docentes mais experientes em ambientes inclusivos. Eles precisam ver a teoria colocada em prática por meio de oportunidades de desenvolvimento profissional nas escolas, bem como a chance de realizar seus estágios nesses contextos (Santos *et al.*, 2022).

Para Reis e Coutinho (2025) a formação inicial de professores precisa refletir a mudança na concepção do conteúdo escolar, passando da fundamentação em disciplinas individuais para abordagens de ensino e aprendizagem transversais. O currículo da formação inicial de professores deve ser baseado em um modelo no qual práticas inclusivas sejam integradas ao conteúdo de todas as áreas disciplinares.

A atuação dos professores em ambientes inclusivos é determinante para a construção de práticas educacionais que valorizam a diversidade e promovem a equidade no acesso e na permanência dos estudantes na escola. Ambientes inclusivos são aqueles que favorecem a participação de todos os alunos, independentemente de suas características, condições físicas, cognitivas ou comportamentais, incluindo estudantes com necessidades educacionais especiais.

O professor, nesse contexto, assume o papel de mediador e facilitador da aprendizagem, apto a adaptar estratégias pedagógicas, utilizar recursos didáticos diversificados e promover uma cultura de respeito às diferenças. Esse profissional deve estar preparado para identificar as necessidades específicas de seus alunos, flexibilizar currículos, gerir conflitos e favorecer interações positivas no espaço escolar.

Além da competência técnica, a sensibilidade e o comprometimento do professor são essenciais para o desenvolvimento de ambientes acolhedores que estimulam o sentimento de pertencimento e a valorização das singularidades de cada estudante. A formação continuada e o trabalho colaborativo entre docentes, familiares e especialistas aumentam a eficácia das ações inclusivas e contribuem para a

construção de uma comunidade escolar mais justa e solidária. Dessa forma, a presença do professor como agente ativo em ambientes inclusivos é crucial para assegurar uma educação de qualidade, democrática e que respeite a diversidade humana.

O papel dos professores no desenvolvimento da educação inclusiva em sala de aula é essencial. No entanto, o professor em uma sala de aula inclusiva não é o único componente no desenvolvimento de uma escola inclusiva, e seu papel faz parte de uma abordagem mais ampla. Essa abordagem concentra-se em garantir os direitos dos alunos, estabelecendo estruturas e recursos de apoio específicos que facilitem a implementação desses direitos em todos os níveis educacionais.

As autoridades regionais e nacionais têm um papel crucial na criação de uma visão de educação inclusiva que seja então traduzida em marcos legais para escolas e formação de professores. Todos os regulamentos escolares e de formação de professores devem ser desenvolvidos com base em dados e descobertas do mundo real. Esses regulamentos devem ser consultados e comparados para garantir apoio mútuo e alinhamento com objetivos comuns.

Segundo Reis e Coutinho (2025) os regulamentos institucionais para a formação inicial de professores para educação inclusiva, devem ser baseados na crença de que o ensino superior é uma organização de aprendizagem inclusiva. O papel dos administradores na criação, comunicação e subsequente implementação dessa visão é crucial. Esses regulamentos devem promover uma abordagem inclusiva em todos os programas. A educação inclusiva deve ser um conceito transversal em todas as disciplinas e áreas. Consequentemente, os regulamentos de formação inicial de professores devem considerar suas implicações para outras questões importantes, como a seleção e o desenvolvimento profissional de formadores de professores.

A homogeneidade entre os formadores de professores é tão importante quanto a homogeneidade no corpo discente. Os alunos precisam de modelos, educadores e formuladores de políticas que reflitam a diversidade social existente. As estratégias de seleção no ensino superior devem refletir a diversidade dos membros da comunidade local. Os formadores de professores também precisam de oportunidades de desenvolvimento profissional indutivo, por meio de mentoria e formação contínua.

A educação inclusiva deve ser vista como um esforço compartilhado, no qual diferentes participantes têm papéis e responsabilidades a cumprir. A ideia de que os professores devem cumprir seu papel inclui o acesso a uma organização que facilite a comunicação e o trabalho em equipe entre diferentes profissionais, incluindo aqueles do ensino superior, bem como oportunidades contínuas de desenvolvimento profissional.

Salienta-se que o raciocínio, o ensino em sala de aula, o desenvolvimento profissional contínuo e os caminhos para a educação especial devem receber a mesma importância que os valores propostos durante a formação inicial de professores.

O modelo de educação inclusiva possibilitou uma transformação das perspectivas tradicionais e homogeneizadoras em direção ao reconhecimento da diversidade humana nos contextos educacionais. Nesse sentido, a inclusão visa garantir a transição bem-sucedida de todos os alunos para um contexto de qualidade e

equidade, gerando oportunidades de acesso, permanência e progresso para aqueles que enfrentam barreiras à sua aprendizagem e participação.

Em um sentido mais amplo, a educação inclusiva serve como ferramenta para fomentar o desenvolvimento integral dos indivíduos, permitindo que se tornem membros autônomos, livres e ativos da sociedade. Ao mesmo tempo, facilita o desenvolvimento de habilidades e a aprendizagem curricular, promove valores e o reconhecimento do outro – uma transformação que incentiva a valorização da diferença como meio de reduzir a exclusão social e a marginalização dentro do sistema educacional.

Ao se refletir sobre o conceito de educação inclusiva, se entende que ele se relaciona ao desenvolvimento integral dos alunos, com foco naqueles que, por diversos motivos, são excluídos ou correm o risco de serem marginalizados. Além disso, a inclusão estabelece uma estreita relação entre presença e participação como alavanca para o sucesso, uma vez que a presença dos alunos em sala de aula não deve ser dissociada da oportunidade de vivenciar experiências participativas significativas. Significa também que, de acordo com o potencial e as habilidades individuais, todos os alunos adquirem os resultados de aprendizagem estabelecidos em um currículo comum (Oliveira; Pilatti, 2023).

Por outro lado, a educação inclusiva exige um papel ativo de todos os membros da comunidade educativa, em que o papel do professor assume importância significativa na identificação e eliminação de barreiras que impedem o acesso, a participação e a aprendizagem dos alunos. Da mesma forma, os professores são capazes de reconhecer e oferecer apoio diferenciado, compreender e implementar metodologias flexíveis e redefinir a diversidade como um valor em suas salas de aula. Desta forma, destaca-se o papel essencial do professor como construtor de cenários inclusivos e os processos de formação de professores como base sobre a qual um sistema que pretende ser inclusivo deve ser sustentado.

Atualmente, é comum observar que, embora a inclusão seja um tema reconhecido no contexto educacional, existe uma lacuna entre os processos institucionais, as dinâmicas educacionais, o planejamento curricular e as estratégias pedagógicas e a situação real dos alunos em toda a sua diversidade. Nesse sentido, os professores desenvolvem sua prática profissional com base em pressupostos preestabelecidos de aquisição de habilidades e conhecimentos estáticos, visando um status de “normalidade” em seus alunos, o que, como mencionado, está muito distante do que as escolas inclusivas devem abordar e limita sua capacidade de encontrar alternativas em sua prática pedagógica. Nesse contexto, a formação docente torna-se fundamental no processo de construção de uma escola inclusiva. (Oliveira; Pilatti, 2023).

Um dos aspectos necessários da formação docente para a inclusão envolve a oferta de espaços para o feedback teórico entre os profissionais, onde se promove a reflexão sobre a própria prática, juntamente com a compreensão de suas próprias noções de inclusão e a identificação de estratégias que lhes permitam fortalecer dinâmicas de ensino e aprendizagem acessíveis e eficazes para seus alunos.

Revela Farina (2024) que abordar a questão da formação de professores implica também considerar a transformação do currículo na formação inicial de

professores, a fim de estabelecer objetivos de aprendizagem voltados para o desenvolvimento de conhecimentos e habilidades a serem implementados em uma sala de aula inclusiva. Além disso, é essencial redefinir o conceito de inclusão para que ele transcenda a ideia paternalista centrada em um grupo específico de alunos com necessidades especiais, caminhando para uma concepção que considere todos os alunos e promova o valor da diferença.

Um aspecto adicional a ser considerado relaciona-se às práticas de ensino em sala de aula, incluindo novas perspectivas pedagógicas que permitam o estabelecimento de dinâmicas significativas de ensino e aprendizagem por meio de estratégias ativas. Nesse sentido, é fundamental considerar novas formas de avaliar o desempenho dos alunos, uma vez que as metodologias de ensino tradicionais têm se concentrado no aluno médio e as formas de avaliação da aprendizagem têm sido orientadas para esse ideal de aluno padrão, gerando processos de avaliação rígidos que contrariam a diversidade de habilidades dos alunos e se tornariam mais um obstáculo do que um facilitador da aprendizagem (Santos *et al.*, 2022).

Assim, o desenvolvimento de boas práticas inclusivas exige o compromisso e a evolução dos professores para enfrentar os desafios atuais da educação; contudo, esses professores devem ter a formação adequada para compreender, valorizar e promover a diversidade, bem como para implementar práticas de ensino acessíveis e eficazes para seus alunos. Nesse ponto, vale mencionar a importância de reconhecer o contexto específico para a implementação de competências pedagógicas inclusivas. É fundamental, permitir que os professores tomem decisões para adequar as práticas inclusivas à população específica com a qual trabalham e às suas realidades contextuais.

Segundo a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO, 2022), a inclusão educacional está relacionada a contextos educacionais que acolhem as diferenças sociais, culturais, de habilidades e individuais, buscando uma resposta educacional que transforme essas diferenças em pontos fortes, em vez de desigualdades educacionais e, conseqüentemente, sociais.

Considerando outras contribuições teóricas que compõem o discurso sobre inclusão educacional, esta deve ocorrer primeiramente no sistema educacional e, em seguida, abranger e encontrar seu equivalente em todas as áreas da sociedade. O modelo de educação inclusiva exige, sem dúvida, mudanças significativas em todas as esferas do sistema educacional, desde políticas públicas e adaptações escolares até modificações curriculares, o planejamento de ambientes e conteúdos universais de aprendizagem, o envolvimento das famílias e da comunidade e a interação entre práticas, políticas, sistemas e conceitos.

Contudo, considerando todo o quadro institucional de inclusão, os professores devem ser capazes de se adaptar e desenvolver práticas inovadoras em diversos contextos de aprendizagem. No entanto, e de forma bastante curiosa, os currículos continuam orientados para a aprendizagem escolar média, em conflito com a realidade evidente nas escolas: multiculturalismo, diversidade étnica e alunos excluídos em termos de participação — uma ampla gama de situações para as quais ainda faltam ferramentas.

3 DISCUSSÃO E CONCLUSÃO

A formação de professores representa um verdadeiro desafio, pois não se trata simplesmente de cumprir uma tarefa individual, mas sim de alcançar um processo de desenvolvimento profissional que contribua para o aprimoramento da prática docente na sala de aula, na instituição de ensino e, conseqüentemente, nos sistemas educacionais. A educação não se resume a aceitar alunos nas escolas, mas sim a garantir que todos os indivíduos desenvolvam plenamente seus múltiplos talentos e habilidades; portanto, diz-se que os professores têm uma grande responsabilidade em sua formação e desenvolvimento profissional contínuo.

Constatou-se que a formação docente em inclusão deve ser concebida como uma formação voltada para a consideração da diversidade de pensamentos, gostos e interesses dos indivíduos, independentemente de seu contexto, e, a partir dessa multiplicidade, gerar educação de qualidade para todos. Esse processo pode levar a uma compreensão da inclusão educacional, que se concretiza por meio da aceitação da diversidade.

No que diz respeito à prática, toda experiência humana faz parte do que hoje se conhece como o que se faz; contudo, a prática envolve diversos elementos, incluindo os hábitos e modos de ser do indivíduo – atitudes e valores –, elementos que se adaptam ao contexto em que se desenvolve. Se as atitudes e os valores da prática educacional estiverem direcionados para a aceitação da diversidade, então a formação docente determinará suas ações para alcançar a inclusão dentro da instituição educacional.

Diversas posições têm sido expressas a respeito dos componentes que a educação inclusiva deve possuir; contudo, cada uma delas apresenta um desafio significativo que exige uma análise metódica para compreender como esse processo é implementado e qual o seu alcance. Outro aspecto significativo é a relação entre o conhecimento envolvido no conteúdo teórico e a prática pedagógica; portanto, é importante dinamizar esses elementos de forma que se tornem um processo colaborativo e cíclico.

Explana-se que os professores devem estar abertos à mudança; as diferentes necessidades educativas expressas devem guiá-los na busca de opções para reajustar suas práticas de ensino, de modo que todos os alunos se beneficiem da educação, considerando suas características, potencial, ritmo e motivações. Dessa forma, pressupõe-se que todos os alunos possam aprender juntos, independentemente de suas condições físicas, culturais, sociais e intelectuais.

Essa abordagem reconhece a diversidade de cada aluno, proporcionando-lhe as oportunidades necessárias para a aprendizagem colaborativa. Os critérios para o estabelecimento da formação em educação inclusiva, fornecem uma série de diretrizes como estratégias de ação para atender a essas necessidades.

Ao integrar as múltiplas inteligências e as diversas contribuições dos alunos, é possível alcançar uma ligação adequada entre contextos, parâmetros, adaptações e perspectivas. Isso se relaciona às mudanças que ocorrem na sala de aula, aos horários estabelecidos e aos espaços adaptados, a fim de atender aos objetivos de acordo com as necessidades de cada aluno.

Da mesma forma, a educação inclusiva não termina na sala de aula, trata-se, antes, de um processo contínuo e constante de transformação que inclui uma componente de consciência social. Portanto, constitui uma tarefa não só para professores, mas também para todos que trabalham na escola. Igualmente, destaca-se a importância da atualização dos conhecimentos sobre inclusão, uma vez que grande parte das limitações dessa transformação reside na falta de conhecimento dos professores para lidar eficazmente com a diversidade dos alunos.

Por essa razão, a colaboração entre professores e instituições de ensino é essencial, pois estabelece um apoio mútuo para a partilha de recursos e ideias relacionados com a abordagem inclusiva.

A importância da formação de professores desempenha papel central na efetivação da inclusão escolar, ao preparar os educadores para lidar com a diversidade presente nas salas de aula contemporâneas. Esse processo formativo deve contemplar aspectos teóricos, práticos e éticos que capacitem o docente a identificar e atender às necessidades específicas de estudantes com diferentes perfis.

Sinaliza-se que programas formativos que abordam políticas públicas de inclusão, legislação vigente, fundamentos sobre diversidade e metodologias pedagógicas adaptativas são fundamentais para consolidar a atuação docente inclusiva. A formação também precisa enfatizar o desenvolvimento de competências relacionadas ao planejamento flexível, avaliação diferenciada e uso de recursos didáticos diversificados, elementos essenciais para promover a participação e o aprendizado de todos os alunos.

4 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Decreto Nº 10.502/2020. **Institui a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida.** 2020. Disponível em: <https://campanha.org.br/noticias/2020/10/02/carta-a-sociedade-brasileira-decreto-n-105022020-que-institui-a-politica-nacional-de-educacao-especial-equitativa-inclusiva-e-com-aprendizado-ao-longo-da-vida/>. Acesso em: 14 ago. 2026.

CUNHA, E. Práticas pedagógicas para a inclusão e diversidade. 7º ed. Rio de Janeiro: Wak, 2018. CUNHA, E. **Autismo na Escola:** um jeito diferente de aprender, um jeito diferente de ensinar. Rio de Janeiro: Wak Editora.

DARLING-HAMMOND, L., HYLER, M. E.; GARDNER, M. **Desenvolvimento profissional eficaz do professor.** Palo Alto, CA: Learning Policy Institute, 2017.

FARINA, I.. **Formação continuada de professores:** perspectiva humana e emancipatória / Ione Farina, Dilva Bertoldi Benvenuti. – Joaçaba: Editora Unoesc, 2024.

FERREIRA, L.de S. **A inclusão e o Atendimento Educacional do aluno autista na rede regular de ensino,** Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia), FANAP. 2018. Disponível em: <http://www.fanap.br/Repositorio/171.pdf>. Acesso em: 14 ago. 2026.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

OLIVEIRA, A. D. ; PILATTI, Laíse A. Educação inclusiva na formação inicial de professores: revisão sistemática. *Revista Even Pedagógica*, 2023. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/373035058_Educacao_inclusiva_na_formacao_inicial_de_professores_revisao_sistematica. Acesso em: 14 ago. 2026.

REIS, M; COUTINHO, D.J. G.. **Formação de professores para a educação inclusiva: desafios e perspectivas**. 2025. Disponível em: <https://ojs.revistacontribuciones.com/ojs/index.php/clcs/> 9. Acesso em: 12 ago. 2026.

SANTOS, A. F. F.; ALCANTARA, J. B.; JESUS, P. S.; BASTOS, S. C. **Os desafios da educação inclusiva na escola pública**. Disponível em: <https://www.minerva.edu.py/articulo/474/>. Acesso em: 13 ago. 2026.

SILVA, J. V. da; INOCENCIO, L. C.; MORAES, D. A. F. de. Formação continuada sobre avaliação no ensino remoto: repercussões nas práticas docentes universitárias. **Revista Intersaberes**. 2023. Disponível em: <https://www.revistasuninter.com/intersaberes/index.php/revista/article/view/e023do1008>. Acesso em: 13 ago. 2026.

SILVEIRA, A. M. **Transformação cultural na educação inclusiva: desafios e perspectivas**. Editora Educação Transformadora, 2020.

UNESCO. **Rumo à inclusão na educação: situação, tendências e desafios**. 25 anos após a Declaração de Salamanca da UNESCO. Repositório Ibero-Americano sobre Deficiência. 2022. Disponível em: <https://riberdis.cedid.es/handle/11181/655>. Acesso em: 14 ago. 2026.

VIEIRA, P. S. J.; FREITAS, L. F. Educação inclusiva e formação de professores. **Revista JRG**, 2015. Disponível em: <https://revistajrg.com/index.php/jrg/article/view/339>. Acesso em: 13 ago. 2026.